

Texto 1

A PRIMEIRA INFÂNCIA VEM PRIMEIRO

"Uma criança nasceu, o mundo tornou a começar".
Guimarães Rosa



Nos últimos anos, a **primeira infância**¹ tem ocupado lugar de destaque em diversas áreas do conhecimento, bem como tem sido foco de investimentos de programas e políticas públicas². Este destaque deve-se ao fato de que **as experiências obtidas nos primeiros anos de vida determinam de maneira significativa o desenvolvimento biopsicossocial** de cada pessoa nos estágios posteriores da vida.

Estudos e pesquisas têm demonstrado a estreita relação entre o desenvolvimento cerebral e o **vínculo estabelecido entre o bebê e seu ambiente** (mais especificamente seu cuidador³), e, por consequência, a influência dessa relação no desenvolvimento da cognição e do comportamento nos anos que se seguem. Nesse sentido, a maneira como os cuidados são dispensados ao bebê é muito importantes merecendo atenção especial.

¹ Deve-se enfatizar que o foco deste curso será a faixa etária dos zero aos três anos de idade.

² Uma grande referência neste trabalho no Brasil é a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – www.fmcsv.org.br.

³ Quando nos referirmos ao cuidador designamos a mãe, o educador ou qualquer outra pessoa que ofereça à criança cuidados necessários e suficientes para que ela se desenvolva física e psiquicamente.



No nascimento, o cérebro humano está pouco desenvolvido. A maioria de seus 100 bilhões de neurônios ainda não está ligada em rede, ou seja, não estabeleceu as ligações necessárias para que o cérebro comande os diferentes movimentos do corpo, decodifique e classifique as informações recebidas, identifique e compreenda sentimentos, desenvolva o raciocínio verbal, numérico, etc. Essas ligações, chamadas **sinapses**, formam os circuitos responsáveis por ligar as diferentes áreas do cérebro. Entre zero e três anos de idade se constrói 90% das sinapses, que serão utilizadas e reforçadas na vida diária, passando a fazer parte do circuito permanente do cérebro.

Sabemos que os bebês apresentam uma grande dependência em relação a seus cuidadores no início da vida. Pode-se até dizer que todo bebê é “prematuro”, mesmo aqueles que nascem com nove meses de gestação completos, pois precisam, para sobreviver, de um adulto atento e dedicado às suas manifestações, e que possa lhes oferecer cuidados tanto no que diz respeito a suas necessidades básicas de higiene e alimentação, quanto para introduzi-lo no universo das trocas afetivas. Todo bebê precisa da presença de outro ser humano que possa lhe assegurar condições para sua sobrevivência física e psíquica, para que construa sua autonomia e possa falar em nome próprio. Portanto, muitas dessas experiências vividas nos primeiros anos dizem respeito às **relações que são estabelecidas na vida dos bebês desde a mais tenra infância**.

Ao nascer, o desenvolvimento motor e físico do bebê está apenas começando. Os estímulos do ambiente que chegam através dos sentidos (visão, audição, olfato, tato e paladar) são muito novos e requerem aprendizado, identificação e classificação, o que acontece gradativamente através da experimentação. A partir da relação com os adultos cuidadores, os bebês constroem seus **ritmos de sono e alimentação, desenvolvem a linguagem e a capacidade de raciocínio**.

Assim, construir-se enquanto pessoa, algo que parece tão natural aos nossos olhos, acontece a partir da relação do bebê com aqueles que dele cuidam, e através de um **complexo processo de desenvolvimento**. Não basta esperar a passagem do tempo para que tudo isso aconteça de forma automática. A maturação neurológica acontece em etapas e existem tempos ou momentos mais propícios à aquisição e construção de certas habilidades. São as chamadas janelas no desenvolvimento neurológico.



A passagem do tempo é importante e deve ser levada em consideração pelos profissionais que trabalham com a primeira infância, mas só ela não é suficiente. Todas as conquistas das crianças dependem das experiências vividas e da relação com um adulto que esteja atento e interessado pelo bebê. Por exemplo, um bebê em boas condições de saúde física não falará se antes não tiverem falado com ele e falado por ele. Não se reconhecerá pelo nome, se não tiver sido chamado por esse nome pelas pessoas que cuidam dele. Não se desenvolverá e realizará sonhos se não houver alguém que antes tenha sonhado coisas para ele.

Até o brincar, que é a forma como as crianças se manifestam e nos parece algo tão natural da infância, não acontecerá automaticamente sem a intermediação inicial de um adulto cuidador. As primeiras brincadeiras e jogos das crianças são construídos na relação com seus cuidadores e são fundamentais para seu desenvolvimento. Para que a criança possa brincar de faz-de-conta ou de jogos com regras, é importante que seus pais ou educadores tenham brincado com ela desde os primeiros meses de vida.⁴ Dessa forma, o **tempo da primeira infância é um tempo fundamental no que diz respeito à maturação cerebral, ao desenvolvimento físico e à constituição psíquica da criança**. Se por um lado os cuidados nesse período são essenciais para o desenvolvimento infantil, é importante também que quando algo não vai bem seja observado logo e intervenções sejam realizadas o mais cedo possível, de forma a contar com a plasticidade neuronal característica desse período. Da mesma forma que enfatizamos a importância dos primeiros anos de vida, dos vínculos e cuidados recebidos nesse período como fundamentais para o desenvolvimento de cada um, sabemos que boas experiências nesse tempo favorecem a superação de dificuldades ao longo de toda vida. **Nada está definido a priori e, em certas condições, a capacidade de transformação de experiências está sempre presente.**

Deve-se ressaltar que a possibilidade de superação de comprometimentos e traumas que tiveram origem na infância está sempre presente, seja em maior ou menor grau, dependendo muito do quanto isso foi ou não profundo, do ambiente no qual essa criança está inserida e das pessoas e relações que se estabelecem em sua história.

⁴ Para saber mais sobre a importância do brincar e suas particularidades, recomendamos o capítulo “Brincando com bebês”. In: *Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos*, Fernanda Nogueira (org.). São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011. Disponível para download no site www.fazendohistoria.org.br.



Ao estudar o comportamento humano, psicólogos reconheceram uma capacidade de superação de traumas e dificuldades e denominaram-na **resiliência**, ou seja, a capacidade de minimizar, prevenir ou superar os efeitos nocivos das adversidades e ter uma vida ativa e cheia de significado. Crianças resilientes são aquelas que, apesar de terem vivido situações adversas, conseguem desenvolver suas capacidades pessoais, tornam-se produtivas, estabelecem relações saudáveis e encontram o equilíbrio emocional por meio da superação destas situações.

A resiliência está associada ao estabelecimento de um vínculo importante, saudável e significativo. Pode ser um vínculo do passado ou do presente, mas é sempre descrito pelos indivíduos considerados resilientes como a experiência de se sentir verdadeiramente aceito e reconhecido pelo outro, pelo grupo e/ou pela coletividade.

No Brasil, em 2016, foi aprovado o **Marco Legal da Primeira Infância** – lei que cria uma série de programas, serviços e iniciativas voltados à promoção do desenvolvimento integral das crianças desde o nascimento até os seis anos de idade. Ele coloca a criança nessa faixa etária como prioridade no desenvolvimento de programas, na formação dos profissionais e na formulação de políticas públicas.

O Acolhimento de Bebês e o Desenvolvimento Integral

Conhecer a história do acolhimento no Brasil traz elementos importantes para compreender as mudanças que vêm acontecendo nas últimas décadas, assim como as dificuldades e desafios que se fazem presentes. Os profissionais que trabalham na área devem ter clareza sobre a **função dos serviços de acolhimento junto às crianças e suas famílias**, assim como de seu **papel como educadores** nessas instituições.

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: um pouco de história

O Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), tal como é entendido hoje, é fruto de uma série de mudanças vivenciadas historicamente. Dos grandes



orfanatos, às casas com capacidade para acolher pequenos grupos (entre 10 e 20 bebês, crianças e adolescentes), muitas transformações aconteceram.

Embora a história das instituições de acolhimento no Brasil tenha seu início com o processo de colonização, neste texto nos ateremos às mudanças mais recentes, que vêm ocorrendo desde o começo do século XX, com o Código de Menores, até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, e os documentos legais elaborados desde então.

O primeiro **Código de Menores** foi aprovado em 1927 e ficou conhecido como Código Mello Mattos. Nessa época, crianças e adolescentes *abandonados e delinquentes* eram internados em instituições totais, onde recebiam educação e cuidados básicos a partir da lógica da correção e do controle. Crianças e adolescentes ficavam excluídos do convívio familiar e comunitário, vivendo fechados em grandes orfanatos ou reformatórios.

Essas práticas fomentaram o início de um movimento de questionamentos e discussões acerca dos cuidados oferecidos às crianças e adolescentes, debates esses que se intensificaram na década de 50 e defendiam o apoio às famílias como forma de se evitar as internações e situações de abandono e delinquência juvenil. Tais ideias refletiam o que foi proposto na **Declaração dos Direitos da Criança**, documento das Nações Unidas de 1959.

Em 1964, com o início do regime militar no Brasil, foi criada a **FUNABEM** (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) para tratar das questões referentes à infância e adolescência, abafando e gerando um retrocesso nas discussões e debates que vinham ganhando espaço na década anterior.

Em 1979, através da Lei nº 6.697, foi aprovado o **novo Código de Menores**, que legislava apenas em relação àqueles em situação irregular e não oferecia um olhar universal à infância. A política para a infância e adolescência continuou baseada na internação e segregação de muitas crianças e adolescentes em instituições totais, sendo inviável destinar um olhar singular para cada um e realizar um trabalho individualizado.

A partir da década de 80 o cenário no país começou a mudar: as pessoas foram para as ruas reivindicar a democracia política; muitos estudos foram lançados abordando os riscos que um processo de institucionalização oferece para o desenvolvimento de crianças e adolescentes; os jovens internados nas instituições começaram a se rebelar contra os maus tratos que recebiam; a sociedade começou a olhar para a infância e a adolescência a fim de buscar novos dispositivos de



assistência. Toda essa onda de protestos, questionamentos e indignações culminaram na **nova Constituição Brasileira de 1988** e, posteriormente, em 1990, com a promulgação do **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**.

Com estes dois novos códigos federais, crianças e adolescentes passaram a ser vistos como **sujeitos com direito à saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária**, direitos que devem ser assegurados pelo Estado e pela sociedade. Diferenciou-se situações de risco e de conflito com a lei e determinou-se o fechamento ou reordenamento das grandes instituições, que deveriam dar lugar ao acolhimento de pequenos grupos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, de ambos os性os e todas as idades. Adolescentes em conflito com a lei e necessidade de internação seriam encaminhados para outro tipo de serviço.

O acolhimento transformou-se em **medida de proteção de caráter excepcional e provisório**, que oferece às crianças e adolescentes a utilização dos dispositivos da comunidade para assegurar o direito à saúde, educação, cultura, profissionalização e lazer. Além disso, deve desenvolver um trabalho de **apoio às famílias** para auxiliar em sua reorganização, priorizando a reintegração familiar. Apenas quando a família não responde ao investimento e não há membros da família extensa interessados e capazes de receber a criança ou adolescente, a colocação em família substituta é o caminho.

A partir deste novo paradigma, a preparação para o desligamento de crianças e adolescentes da instituição (seja no caso de reintegração familiar ou adoção) deve ser cuidadosa e gradativa, respeitando o tempo e as necessidades de cada criança ou adolescente e família. Deve ser um trabalho “artesanal”, construído caso a caso.

Outro ponto importante abordado nos documentos legais diz respeito à **profissionalização das equipes** dos serviços de acolhimento, assim como a necessidade de construção de espaços de reflexão sobre a prática e discussões de casos. Tais dispositivos têm se mostrado importantes para que o acolhimento seja transitório e reparador.

Deve-se ressaltar a existência de dois documentos que vieram para aperfeiçoar e ampliar os princípios preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente em relação ao acolhimento institucional. São eles o *“Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)”*, de 2005, e as *“Orientações técnicas:*



serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”, de 2009. Em 2009 foi também sancionada a *Lei nº 12.010*, que aperfeiçoou a sistemática prevista no ECA para garantia do direito à escuta, à verdade sobre a própria história, à convivência familiar de todas as crianças e adolescentes, entre outros.

Mesmo com todas as conquistas advindas com o ECA e os demais documentos, sabemos que a transformação no discurso, no imaginário e nas ações sociais requer tempo, de modo que desafios e contradições ainda se fazem presentes. Seguimos na luta para que cada vez mais as prerrogativas do Estatuto e dos demais documentos sejam uma realidade em nosso país.

Neste contexto, a partir do que vimos até aqui sobre a primeira infância, é um grande desafio pensar na garantia do melhor desenvolvimento dos bebês dentro dos serviços de acolhimento. É necessário que a equipe tenha processos de formação e construção de um projeto personalizado, que considere as especificidades e necessidade de cada criança e adolescente, mas especialmente de cada bebê, organizando estratégias para a garantia de um ambiente estável e seguro.

Lóczy: Uma Inspiradora Experiência de Acolhimento na Primeira Infância

Ao longo dos anos de atuação nos deparamos com experiências inspiradoras que têm contribuído muito para pensarmos o trabalho dos profissionais nos serviços de acolhimento. Uma delas é Lóczy, instituição criada na cidade de Budapeste, na Hungria, para acolher crianças entre zero e seis anos separadas de suas famílias após a Segunda Guerra Mundial.

Dirigido pela pediatra Emmi Pikler, Lóczy tornou-se referência em várias partes do mundo principalmente porque as crianças que ali passaram alguns anos não apresentaram **sinais de institucionalização**, comuns em crianças que vivem separadas de suas famílias em outras instituições. O Instituto Emmi Pikler, como passou a ser chamado a partir de 1986 em homenagem a sua fundadora, acolheu crianças durante sessenta anos e, em 2006, por mudanças na política pública de acolhimento naquele país, passou a funcionar como escola de Educação Infantil para crianças de zero a três anos.

Para construir sua metodologia de intervenção junto aos bebês, Emmi Pikler se baseou na observação deles e no reconhecimento de que, desde seu nascimento, são **sujeitos ativos** e não



apenas passivos de cuidados. Os dois pilares fundamentais de sua abordagem são a **segurança afetiva e o movimento livre**.

Em Lóczy as educadoras são orientadas a sempre **falar com os bebês durante os cuidados** diários, tais como banho, trocas de fraldas e alimentação, olhando nos olhos do bebê e percebendo suas reações. Sabemos que o bebê capta a intencionalidade por trás das palavras que lhe são ditas e se mostra mais calmo e colaborativo quando antecipamos e nomeamos de forma clara e simples o que está se passando e o que vai acontecer a seguir.

Quando o ritmo dos cuidados diários se repete, os bebês se sentem mais seguros e o ambiente se torna mais calmo e tranquilo. Eles aprendem a esperar porque confiam no adulto que sempre os atendeu de forma rítmica, isto é, seguindo uma rotina e uma sequência nos cuidados do cotidiano. Nada é feito com pressa ou afobação e a orientação é que seja dado o tempo necessário para que o bebê aproveite a experiência de forma prazerosa, sentindo cada cuidado que recebe.

Uma **rotina bem pensada** e uma **equipe que trabalhe alinhada** possibilitam que haja uma organização do tempo no serviço de acolhimento de modo que os cuidados diários com os bebês sejam realizados com tranquilidade e prazer, tanto para o bebê quanto para o profissional.

Partindo desse princípio, a **formação da equipe de educadores** é realizada de maneira criteriosa em Lóczy. Antes de começar a atuar, as educadoras passam por uma formação inicial de um mês, onde elas aprendem sobre a rotina de cuidados dispensados aos bebês e observam as profissionais que já atuam na instituição. Só depois passam a cuidar de uma criança com a supervisão constante de uma profissional mais experiente. Semanalmente realizam **reuniões com toda a equipe** em que se discute o desenvolvimento de cada criança, os desafios e as conquistas. Gradativamente a nova educadora vai ganhando confiança e assumindo os cuidados por mais crianças, sempre contando com a supervisão de outra profissional. Cada educadora, já formada, tem aos seus cuidados entre seis e oito crianças.

Em função da complexidade do trabalho nos serviços de acolhimento, as formações de educadores e as reuniões semanais de equipe são exemplos de práticas institucionais que favorecem a profissionalização e, consequentemente, a qualidade do trabalho. A forma de organizar a rotina institucional em Lóczy, sempre levando em conta os vínculos estabelecidos, assim como a maneira como as atividades são propostas, objetivando favorecer o

desenvolvimento global e a autonomia das crianças, são ações que inspiram **um acolhimento de maior qualidade junto à primeira infância.**





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOURA, Gabriella Garcia; AMORIM, Kátia Souza,. **A invisibilidade dos bebês na discussão sobre acolhimento institucional.** Psicologia em estudo, vol. 18, num 2, abril-junho, 2013, P. 235-245. Universidade Estadual de Maringá.

ALENCAR, Roberta (coord). **O acolhimento de bebês:** práticas e reflexões compartilhadas. Instituto Fazendo História. São Paulo, 2011 Disponível em:
<http://www.fazendohistoria.org.br/publicacoes/>. Acesso em 20/03/2017

NOGUEIRA, Fernanda (org). **Entre o singular e o coletivo:** o acolhimento de bebês em abrigos. Instituto Fazendo História, São Paulo, 2011. Disponível em:
<http://www.fazendohistoria.org.br/publicacoes/>. Acesso em 20/03/2017

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

_____. Alteração na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente: **Lei federal nº 12.010**, de 03 de Agosto de 2009. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial Dos Direitos Humanos; Brasil. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** 2006. Disponível em:
<http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/planonacional.pdf>

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial Dos Direitos Humanos; Brasil. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** 2009. Disponível em:
http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/conanda_acolhimento.pdf